

KÜNG, Hans. *El Judaísmo: Pasado, presente y futuro*. Tradução Vítor A. M. Lapera e Gilberto C. Marcos. 5 ed. Madrid: Trotta, 2006. p. 718.

*Armando Rafael Castro Acquaroli**

Novamente o renomado teólogo Hans Küng brinda-nos com uma obra monumental. Nascido na Suíça (1928), estudou também na França e Itália, participou do Concílio vaticano II como perito e, por fim, teve sua licença para ensinar retirada (1979). Isso não o impediu de continuar se dedicando ao estudo sério da teologia e de seus temas afins, sobretudo no que tange ao diálogo com as outras religiões. E justamente a partir disso surge *Das Judentum* em 1991, logo traduzida para o espanhol (1993). Infelizmente, a versão em língua portuguesa não saiu. Fica aí uma provocação para que alguém se debruce sobre isso.

O repto a que o autor se propõe é bastante ousado, pois não é fácil um cristão falar de judaísmo. Muito menos fazer uma abordagem com uma envergadura que abrange passado, presente e futuro. Por outro lado, talvez nisso resida sua originalidade, dado que o olhar vem “de fora”, mesmo considerando os muitos judeus que o auxiliaram na elaboração do texto (cf. Prólogo).

Com uma linguagem densa, mas acessível, a redação é envolvente, de sorte que a leitura é agradável. Metodologicamente, optou-se por apresentar as ideias a que cada título se propõe junto com um quadro no qual comparam-se elementos das três religiões monoteístas (judaísmo, cristianismo e islamismo). Isso é bastante didático. Suas afirmações são sempre muito bem fundamentadas, conforme se pode consultar nas notas (p. 597-686) e nas referências (p. 695-712). Por isso, o texto tem uma autoridade e relevância significativa.

Dividido em três grandes partes, o livro intenta fazer um diagnóstico histórico sistemático do judaísmo, cujas tradições milenares

* O recensor é bacharelando do 4º ano do ITESC.



resistem até o presente e, por fim, fazer alguns planejamentos para o futuro, tendo em vista um olhar ecumênico. Isso é deixado bem claro no Prólogo (p. 9).

Na primeira parte, dividida em três seções, trata do “*passado ainda presente*” (p. 19-211). Na seção sobre a *Origem*, foca Abraão, o pai de três grandes religiões mundiais, abordando alguns aspectos históricos da humanidade, mas apenas à guisa de introdução, sem aprofundamentos. Destaca sua fé (em hebraico *'aman*, isto é, estar firme), em nome da qual muitos conflitos se desencadearam envolvendo cristãos, judeus e muçulmanos. Em seguida, traz à tona alguns elementos mais ricos, do ponto de vista exegético. Isso porque assinala o horizonte mítico-teológico no qual os textos acerca do Pai da fé se inserem. É mister, segundo o autor, considerar que existe um “*evolução da fé em Deus*” (p. 42). Assim, pode-se compreender melhor que, essencialmente, na concepção israelita estão o “*Deus uno, seu povo e a terra*” (p. 49).

Isso abre espaço para a segunda seção: *O centro*. Com tal vocábulo, ele não quer dizer que é uma simples “ideia fundamental”, com ideias centrais e outras periféricas, mas quer falar dos “*elementos estruturais centrais*” (p. 51). O ciclo do Êxodo é paradigmático. A partir dali surgem os conceitos de revelação (Eu Sou o que Sou), eleição (tu serás meu povo e eu serei o vosso Deus), Aliança no Sinai e entrega da Torah, e cumprimento da promessa da terra feita a Abraão. Após esse olhar mais canônico, entra num aspecto crítico. Dessa feita, pergunta-se quem foi realmente Moisés, à luz da arqueologia e dos recentes estudos? Após apresentar algumas delongadas opiniões, finaliza afirmando que existe uma unidade, continuidade e identidade que marcam esse povo. Mas seu principal contributo à humanidade foi a fé “*no Deus único*” (p. 66).

Em seguida, o foco passa para a *História*. Partindo do paradigma das tribos, explana sobre a monarquia e suas implicâncias, sobretudo na época Davídica e Salomônica. Vale dizer que Davi é considerado de forma diferente: para os judeus ele é o “Pai do Messias”, observante e mestre da Lei, modelo de vida de acordo com a tradição e símbolo do estado de Israel. Para os cristãos, cujo Messias é filho de Davi, é exemplo de religiosidade e modelo dos imperadores cristãos. E aos muçulmanos, ele é o tipo do profeta Maomé, modelo de profeta, de chefe de estado e dos califas.

Posteriormente, o autor fala dos profetas iniciais (carismáticos, verdadeiros) que logo se tornaram decadentes ao entrar para a corte.



Num outro tópico, acentua-se a Golá (exílio) tão cara aos hebreus e, ao mesmo tempo tão fundamental para a consolidação da fé Javista e da comunidade teocrática. Já na época helenista, vieram os sábios, como resposta ao grande desafio que foi duelar contra a ofensiva cultura grega. A tradução da Bíblia para o grego (LXX) foi notadamente marcante para uma aproximação menos conflituosa. Mas logo vieram os selêucidas e a guerra dos Macabeus. Com a destruição do Templo (70 d.C.) o que resta do judaísmo é somente a Torah e seus intérpretes (fariseus). Aqui temos uma nova época em que tradição oral (Mishnah e Talmud) e escrita (Torah) se intercomunicam. Curiosamente, os cristãos seguem o mesmo esquema com a Traditio e o Ius Canonicum; e os muçulmanos com a Sunna e a Sharia.

Seguem-se tristes estatísticas que mostram a segregação judaica efetuada pelos cristãos. Sob a égide de sua culpa pela morte de Jesus, os judeus foram subjugados à periferia e a péssimas condições de vida. Encerrando essa seção, apresenta o paradigma de assimilação da modernidade, com destaque para o movimento cabalístico. Lutero, querendo voltar às origens cristãs, “*converte-se em decidido advogado dos judeus*” (p. 179). Isso torna a ofensiva católica trentina ainda mais acirrada. Porém, alguns expoentes judeus destacam-se como Spinoza, para o qual Küng dedica algumas páginas, junto com Moses Mendelssohn e José II (monarca austríaco defensor dos direitos judeus). Em meio a tantos conflitos urgiu a necessidade de reforma no seio judaico. Nesse coexistiam paradigmas rivais, dentre os quais se destacam: os ortodoxos, os seculares, os reformadores e os conservadores. Tais correntes perduram até hoje e, portanto, são desafios ao presente.

Justamente sobre o presente se trata na segunda parte (p. 215-417), também tripartida. Enceta do *holocausto ao estado de Israel*. Não se pode negar que os alemães tinham consciência da perseguição feita aos judeus, motivada por um racismo desmedido. No entanto, também não se pode condenar uma nação inteira por conta dos crimes de Hitler e seus sequazes, muitas vezes obcecados pela obediência cega. Após uma acurada apresentação histórica da perseguição, o autor elabora um curioso quadro comparativo. Nesse, fica patente, para meu espanto e escândalo! o quanto as medidas nazistas se aproximam das normas do *Ius Canonicum* (p. 228-230) no que tange aos judeus.

Diante disso, é sobremodo assustadora a atitude cristã perante a questão judaica. Os “*protestantes não protestaram*” (p. 238), os cató-



licos se calaram, sob os auspícios do papa Pio XII, grande diplomata: “a Igreja foi vítima de uma diplomacia que se havia convertido quase em vítima de si mesma” (p. 249). Porém, João XXIII, segundo o autor, foi um homem mais coerente que defendeu os direitos judeus e, assim, não deixou que o papado se tornasse “totalmente deplorado” (p. 252). Os bispos alemães e poloneses também tiveram sua grande parcela de omissão, mesmo que tenham se redimido em 1965 pedindo perdão “ainda que não desinteressadamente” (p. 258) por isso. Até que após a guerra, como um desengargo da consciência, as potências se uniram e formaram o Estado de Israel.

A volta a Israel veio sob a forma do sionismo, expressão cunhada recentemente para significar a institucionalização do partido sionista. Mas a criação do estado israelense abriu um precedente. Agora os palestinos reclamam para si um estado. E enquanto isso não ocorre, já efetuaram-se cinco guerras, sem que houvesse a paz.

Não obstante isso, ainda há o problema com os cristãos. Embora pareça simples, a tarefa do diálogo não o é. Isso porque, para Küng, ambas as histórias são marcadas por ofensas e mágoas mútuas. Para iniciar um diálogo acerca de Jesus um caminho é a exegese, pois tanto a católica quanto a judaica, tendem a convergir quando se fala de aproximação ao Jesus histórico.

Daí surge a questão: quem foi Jesus? Pode ter sido um revolucionário político, leigo que, embora pareça belicoso, não “prega a violência” (p. 309). Ou talvez um asceta monacal que, para alguns, seria o Mestre da Justiça de Qumran. Tese não defendida por nosso autor. Ou ainda um fariseu piedoso, visto que seu pensamento se aproxima de algumas escolas farisaicas mais atentas ao espírito da Torah. Diante de várias teorias é muito difícil chegar a uma opinião certa e inquestionável, mas parece que há vários elementos que se coadunam tornando Jesus ímpar.

A tese da fé em Jesus como Messias também não é contraditória com o que pensam os judeus. Mesmo a ideia de ressurreição já estava posta como integrante de certos grupos. Muitos elementos são compartilhados por judeus e cristãos, conforme o autor resume muito bem em cinco pontos: crença no Deus uno, coleção de escritos sagrados, culto com estruturas semelhantes, talante ético de justiça e amor a Deus e ao próximo, e fé na consumação dos tempos. Mas a adesão a Jesus como Senhor só se dá no âmbito da fé, não só das tradições comuns.



Tais convergências, porém, não impedem que haja um distanciamento da religião primeva, por parte dos seguidores de Jesus. Isso é fomentado, sobretudo, nas correntes helenistas, cuja crítica ao binômio Templo-Lei era mais ferrenha. De outra parte, os judeus responderam com a sua “excomunhão” pedindo que os cristãos “*não sejam mais registrados com os justos no livro da vida*” (p. 344).

Küng estabelece uma curiosa crítica mútua entre os judeus e cristãos. Acentua, de um lado, as questões acerca da concepção de Deus como Pai, o Filho, a encarnação, a Trindade e o sacrifício de Cristo. De outro, veem à tona os questionamentos que o sermão da montanha levanta ao judaísmo: disposição de perdoar e a renúncia ao direito e ao poder.

Encerrando essa parte, vem à baila aquilo que o autor chama de *superação da modernidade*. Mesmo após a constituição do estado de Israel a maioria dos judeus vive nos EUA, sendo a parte “*mais ativa de toda a história judaica*” (p. 381). Dentre os principais elementos que contribuem para sua crise e renovação destacam-se: o crescente bem-estar e influência política, a renovação religiosa nos anos 50 e 60, a guerra dos seis dias e seu imenso poder de influência adquirido, sobretudo depois do anos 90. Apesar da crescente tendência do “*judeu sem religião*” (p. 385), surgem figuras como Heschel, que dá um novo impulso em direção à fidelidade à Aliança. Ele acentua três coisas: perceber a presença de Deus no mundo, reconhecê-Lo na Bíblia e sentir Sua presença na ação santificadora dos mandamentos.

Para a terceira parte (p.421-571) é dedicado o judaísmo na pós-modernidade. Começa com o discutido conceito “pós-modernidade” a partir do qual desenvolve seu contributo para a religião. Um autor bem visado é Martin Buber para o qual existe a distinção fundamental entre o Eu-Ele (âmbito da experiência) e o Eu-Tu (Mundo das relações com o mundo, o ser humano e com os seres espirituais).

Diante desse mundo em que vivemos, o judaísmo tende a assumir duas posturas: uma ortodoxia fundamentalista isolada do mundo, ou o secularismo radical esvaziado do religioso. O caminho talvez seria um judaísmo emancipado, conforme se depreende do quadro bem esquemático na página 434. Seguem-se discussões acerca da Lei e sua interpretação, diante da qual o autor questiona-se: a serviço de quem ela funciona? De Deus ou dos homens? Dentre as 613 leis extraídas da Torah, a maioria (365) são proibições. Isso, no mínimo, é questionador.



Refletindo para o futuro do Estado de Israel, parece que o caminho apontado é o de “*retornar a intenção humana que presidiu a fundação do Estado*” (p. 490). Por isso, não se pode negar que, além da dimensão política, ali se imbrica a religiosa, especialmente o diálogo judeu-muçulmano. Um dado assustador é que, na guerra de 1948, 850.000 palestinos foram desterrados em prol do Estado de Israel (cf. p. 506). Para evitar esse tipo de problema, uma saída seria estabelecer um regime democrático. Por outro lado, isso tende a descaracterizar o estado judeu. Uma irônica alegoria ilustra bem o que acontece: Golias (judeus) luta contra o Davi (palestinos) (cf. p. 514).

O caminho da resolução dos conflitos não poderá passar pelos extremos. Nesse sentido, Jerusalém (conforme a etimologia popular: cidade da paz) carrega consigo algo contraditório: a guerra. Por motivos religiosos os três monoteísmos arrogam-na para si. O que resta é o diálogo e a oração. Aliás, “*não parecem haver grandes inconvenientes para que cristãos e judeus se unissem na recitação comum dos Salmos e de outras orações da Bíblia Hebraica*” (p. 545). O mesmo poderia ocorrer na recitação de algumas orações corânicas.

Finalmente, Hans Küng aborda a possibilidade da crença em Deus depois de Auschwitz. É mister superar a ideia de que Deus é insensível à dor humana. O sofrimento não pode ser entendido teoricamente, mas somente pode ser suportado na prática. Essa é a conclusão que se chega após muitos anos de experiência (cf. p. 568). Portanto, conforme o epílogo, só é possível uma nova ordem mundial com uma nova ética. “*Não deveria haver nenhuma sinagoga, Igreja ou mesquita que não prestasse sua própria contribuição em favor do mútuo entendimento religioso*”. (p. 593).

Certamente, uma obra de tal porte em muito a contribuir no diálogo entre as religiões, sobretudo cristã, judaica e muçulmana. Dentre os elementos apresentados, os fundamentos e opções teológicas feitas ficam patententes. A visão do autor tende mais a uma postura aberta em relação à crenças diferentes. Isso, sem dúvida, é uma riqueza. Sobretudo, porque na época em que vivemos as grandes teologias estão enfraquecendo e dando espaço para a simples repetição de Doutrinas Magisteriais. Sem desconsiderá-las, é preciso reinventar respostas num mundo que apresenta novas perguntas. Nesse sentido, em *El judaísmo* aparecem novas propostas.



Tendo em vista a magnitude do texto, ressalto duas coisas que poderiam ser revisadas. A primeira diz respeito ao Rei Davi, sobre o qual se falou na Primeira parte. A visão de Küng é bastante positiva, desconsiderando elementos mais atuais das pesquisas arqueológicas que o tornam menos “celestial”. Para maior aprofundamento pode-se consultar LIVERANI, 2008 et al. E um segundo elemento é que, muitas vezes, o autor traduz a expressão *Torah* por Lei. Isso não tem sentido nas línguas vernáculas, somente quando se passa do hebraico para o grego é que tais expressões são relativamente equivalentes. Assim, o melhor seria manter a expressão original, talvez acrescida de nota explicativa acerca de seu vasto conteúdo semântico.

E-mail do Recensor:

armandoacquaroli@hotmail.com



KÜNG, H. *El islam: história, presente, futuro*. 2. ed. Trad. de José Manuel Lozano Gotor e Juan Antonio Conde Gómez. Madrid, Editorial Trotta, 2007. 847 p. (Colección estructuras y procesos. Serie religión)

*Paulo Stippe Schmitt**

Hans Küng, já conhecido pela variedade de seus escritos, encerra sua trilogia acerca das grandes religiões monoteístas do mundo, com a grande obra – tanto em qualidade redacional e histórica como em número de laudas – sobre o Islamismo, a religião mais recente entre as que professam um só Deus, ao lado do Judaísmo e do Cristianismo, já abordados em obras anteriores, igualmente de grande valor. A obra de 2004, com tradução ao castelhano de 2006 (por José Manuel Lozano Gotor e Juan Antonio Conde Gómez), surpreende pelo modo de escrita leve, para uma leitura sem distração e que impulsiona o leitor a continuar com afinco. Além disso, em termos de estruturação, facilita a existência de subtítulos e grifos do autor ao longo do texto, ressaltando a importância de pontos doutrinários essenciais, lugares e personagens.

A proposta de Küng, o intento da trilogia que *El Islam: história, presente, futuro* encerra, é proporcionar, sobre bases reflexivas históricas e teológicas, o diálogo aberto entre as religiões. Essa tentativa não pode ocultar a grandiosidade e a diversidade de cada forma de organização, mas também não pode prescindir das falhas históricas, advindas, principalmente, da maneira como as instituições foram se organizando ao longo da história, tecendo relações de poder e influência, ganhando território etc. O autor, a meu ver, consegue realizar esse propósito com maestria, pondo lado a lado dados objetivos, positivos e negativos, e fornecendo sua interpretação acerca dos mesmos, bem como propostas para o futuro das religiões, a partir do lema que norteou sua pesquisa nesta área: “*Não haverá paz entre as nações sem paz entre as religiões. Não haverá*

* O recensor é aluno do 1º ano do curso de Teologia da FACASC, Faculdade Católica de Santa Catarina, Florianópolis, SC.



*paz entre as religiões sem diálogo entre as religiões. Não haverá diálogo entre as religiões se não se investigam os fundamentos das religiões*¹.

Não se pode deixar passar despercebida a intenção do autor em promover o diálogo ecumênico. Todo o eixo que mobiliza a reflexão da trilogia é pautado pelo ecumenismo, que, nos tempos atuais, em termos de religião, faz-se necessário para a construção da paz não somente entre os membros das mesmas religiões, mas entre as nações como um todo, sempre marcadas pelo sentido do religioso, mesmo que não o defendam de maneira explícita. O esforço em prol do ecumenismo, atualíssimo, faz-se mais que necessário nestes tempos do “retorno de Deus”, da explosão de movimentos de espiritualidade e do cultivo de espiritualidades personalizadas. As religiões precisam encontrar seu espaço adequado para o anúncio da mensagem de paz, mas só poderão fazê-lo elas mesmas se perseguirem a paz entre si.

É incrível como a Introdução do livro consegue dar a tônica da obra inteira e, principalmente, dar ao leitor a curiosidade necessária para iniciar a leitura de um volume tão denso e extenso. O autor constrói a portada de seu escrito mostrando a premência do diálogo inter-religioso, que deve ser fomentado também pela via intelectual, com seriedade, pensando a situação histórica atual do mundo – no qual as religiões têm papel fundamental – com vistas a haurir dessa leitura luzes para uma postura crítica e voltada para as consequências das ações dos homens e mulheres religiosos no planeta (p. 13). “É precisamente e **verdade** da própria religião que requer uma **veracidade** sem reservas, que, sem embargo, deve ir acompanhada de justiça e correção” (p. 36, grifo do autor). A religião se revela, pois, instrumental possível e eficaz para proporcionar vida abundante e felicidade, e, de modo contundente, a paz universal. A função última dessa relação, nas palavras do próprio autor, não é a de apropriação de uma pela outra, mas também não utiliza a “estratégia de mosca morta” (*Leisetreterstrategie*) para dizer-se incapaz de confrontar os dados históricos (p. 559).

O texto é dividido em cinco partes, ao estilo das obras precedentes da mesma trilogia. Num primeiro momento, Hans Küng trata da origem do Islam, a partir de dois enfoques interessantes: a visão ocidental-cristã sobre o Islam, ao longo da história; e as bases históricas reais do surgimento da religião na Arábia, em estreita ligação com o Judaísmo e o

¹ P. 9. (tradução nossa).



Cristianismo – o modo como foram inicialmente bem aceitos pelo profeta e, por outro lado, seu intento de purificação do monoteísmo –, ressaltando a figura de Maomé, o profeta, receptor direto da revelação divina. Esse capítulo inicial nos dá a possibilidade de aprender termos-chave para a compreensão de tudo o que segue, ressaltando-se a importância do profeta Maomé, a formação do Corão – a passagem da tradição oral à escrita – e o significado de ‘*Islam*’. Também fornece a necessária distinção entre uma visão deturpada do Islamismo e a busca de parâmetros mais verazes para a pesquisa dessa religião – a imagem ideal, a imagem hostil e a imagem real (cf. p. 713).

Desde o lugar donde escreve, Küng assegura: “Sem embargo, lutar decididamente como teólogo cristão contra a imagem distorcida do islam não quer dizer, muito menos, que alguém tenha que render tributo a uma imagem ideal do islam” (p. 33). Ainda, lança um desafio, logo ao findar da primeira parte do primeiro capítulo: “O islam aspira a ser uma visão global da vida, uma atitude vital que tudo embebe, um caminho vital que tudo determina. Deverá examinar até que ponto isso pode ser realizado no novo contexto histórico mundial” (p. 43). Para dita análise, o autor não deixará de tomar a colaboração de diversos escritores renomados na área, relacionando o Islamismo a uma gama de conhecimentos: política, economia, direito, história, sociologia etc. Ao mesmo tempo que fornece dados interessantes da relação da religião com outros campos do saber, o escritor dá pistas de leituras para ampliar o conhecimento em áreas determinadas que, mesmo por já estarem bem trabalhadas por autores de renome, não têm necessidade de serem abordadas no presente livro.

Por fim, em termos de origem, o autor continua sua clássica definição das grandes religiões monoteístas como “religiões do livro” (pp. 66ss) – criticada por Bento XVI, quanto ao Cristianismo, na Exortação apostólica pós-sinodal *Verbum Domini* (2010, n. 7) –, unindo-as a partir do patriarca comum, Abraão, exemplo de submissão (‘*islam*’ = ‘submissão’), pelo que os muçulmanos, embora sejam a religião mais recente, historicamente, pretendem mostrar-se como a religião monoteísta universal mais antiga e verdadeira. “A ele, Abraão, devem muito: seu ‘nome’ (muçulmanos), sua fé, os ritos instituídos que se celebram na Meca e, com isso, também seu teocentrismo e seu universalismo” (p. 73). Para Küng, o patriarca constitui-se num alicerce real para o fundamento do “triálogo” entre Islamismo, Judaísmo e Cristianismo (cf. *ibid.*/também p. 135).



A apresentação do teocentrismo faz a ponte entre a abordagem das origens e aquilo que forma o centro do Islamismo (cap. B), sua essência, que Küng encontra, exatamente, na breve confissão de fé islâmica: “Não há outro Deus senão Alá, e Maomé é seu profeta” (p. 99). Antes, todavia, o escritor fala da centralidade do Corão, o livro sagrado dos muçulmanos – sagrado desde seu caráter: o formato, a unicidade, a linguagem, a vivacidade (cf. pp. 83ss). Propriamente aqui se pode dizer do Islam que é uma “religião do livro”. Interessante é a abordagem, acompanhada da crítica sutil, que apresenta o processo de formação do Corão e sua canonização – a tradição oral; a transcrição de *azoras* separadamente; a compilação de todas as *azoras* em forma de livro, sequenciadas por sua extensão; a fixação do texto e seu caráter normativo, religioso e político (cf. pp. 88-95). Küng, porém, dá um voto de credibilidade para a autenticidade do livro sagrado, mesmo sem deixar de considerar seu percurso histórico e as relações religiosas e políticas que influenciaram sua confecção: “A autêntica resposta de Maomé à demanda de provas é a mensagem mesma, o Corão. Este, por seu conteúdo e pela beleza de sua mensagem, vem a ser um milagre em si mesmo, o sinal por excelência da revelação de Deus e da credibilidade do Profeta” (p. 123).

Ainda refletindo acerca dos pilares que constituem a base islâmica, o autor dá ênfase ao pilar da oração, estreitamente ligado à profissão de fé. Reconhecendo a Deus como Deus e a missão do Profeta, o muçulmano religioso coloca-se em atitude de *islam*, de submissão; esse caráter de adoração ao único Deus, na oração ritual, marca o dia inteiro da pessoa religiosa; “[...] a oração canônica manifesta com sua perspicácia a **essência mais íntima do islam**: entrega à vontade de Deus!” (p. 156, grifo do autor). Küng ainda ressalta a purificação como condição *sine qua non* para a oração, e outras características da oração islâmica: seu modo disciplinado e universal; a ausência de sacerdotes etc. Além da oração, fala do jejum, da esmola e da peregrinação à Meca, que o muçulmano deve realizar ritualmente ao menos uma vez na vida, conforme suas condições pessoais.

Concluídas as duas primeiras partes, que introduziram o leitor no universo dos conceitos religiosos do Islamismo e abriram sua mente (ocidental-cristã) para a amplitude do mundo islâmico, buscando extrair os preconceitos históricos e, ao mesmo tempo, criando em si uma disposição crítica para olhar esse universo religioso, o texto abre espaço para a abordagem da história da religião. Esse capítulo constitui-se numa aproximação mais aprofundada de personagens e fatos que delinearam os



inícios do Islamismo e que o foram modelando desde lá até hoje. Torna-se latente a interação entre religião e política – no Islam mais do que em qualquer outra das grandes religiões monoteístas. Desde o Profeta, a organização política dos estados nascentes na Arábia, não raro firmada sobre a guerra (guerra santa/*yihad*), veio confirmada pelos ideais religiosos (Küng fala de exclusividade, teocracia e belicosidade – p. 186).

Como com o Judaísmo e o Cristianismo, o escritor se vale da noção de paradigma – de Thomas Kuhn (cf. p. 170) – para estabelecer seis momentos na história do Islamismo em que se pode perceber uma mudança de maior efeito. A tabela apresentada na página 172 é bastante elucidativa. É interessante perceber que as mudanças no Islamismo se dão de forma muito mais rápida que nas demais religiões, tendo-se logo três paradigmas subsequentes, dentro de um período de um século desde a hégira, mormente marcados por intenções políticas e econômicas, pelas quais o império árabe foi-se consolidando e para o que a nova religião serviu, não raro, de instrumento de justificação e dominação. Acompanhando a expansão, mas como movimento interno, pode-se notar a divisão entre grupos de diferentes opiniões dentro do sistema religioso, na sua maioria divididos em função da discordância sobre o modo de eleição dos califas – chefes políticos e religiosos que sucedem Maomé, sendo o primeiro Abu Bakr.

A longa parte do livro sobre a história traz consigo elementos que levam o leitor iniciante no assunto a penetrar com maior intensidade no modo de organização cultural islâmico: os grupos de maior expressão (sunitas, xiitas, jariies, entre os mais importantes – p. 216); a maneira de se relacionarem com estrangeiros e pessoas de outras religiões, monoteístas e politeístas; a teologia incipiente e seu desenvolvimento; os centros de culto e de organização mais importantes; o surgimento do direito islâmico e a formação de grupos jurídicos de julgamento com base no Corão. Esses pontos são retomados a cada paradigma e as mudanças aí ocorridas são não só apresentadas, mas também refletidas com base na atualidade e nos anseios do povo muçulmano por uma organização futura mais próxima ao islamismo originário, mas também aberta às mudanças advindas com a Modernidade. Como adverte o próprio autor, os paradigmas religiosos – diferentemente dos matemáticos – não são automaticamente substituídos quando da emergência de um novo, mas convivem e inter-relacionam-se – como na arte (cf. p. 274; também p. 713.).



Após a apresentação histórica, o autor volta sua reflexão para o presente e o futuro – como sugere o subtítulo da obra. “O decisivo frente ao futuro não será que tipo de islam deseja ‘o mundo’ ou inclusive ‘o Ocidente’, mas que forma de islam desejam e perseguem os próprios muçulmanos em seus diferentes contextos” (p. 510). De início, Küng realiza uma explanação das possibilidades já “testadas” no mundo islâmico: secularismo, extremismo, socialismo, restauracionismo. A Turquia de Atatürk (pp. 486ss) e o Iran do aiatolá Komeini (pp. 494ss) são tomados como exemplos opostos de modos de ação, mas, na crítica do autor, não são o caminho que constitui a relação mais harmoniosa entre a Modernidade, o Estado e a religião. Segue, ainda, uma forte crítica ao intervencionismo estadunidense no Iraque, com claras intenções econômicas e bélicas, no mais forte sentido imperialista, sustentada sobre o princípio inválido da suspeita (cf. p. 508).

Refletindo sobre as distintas possibilidades de configuração abertas ao Islam em nossa época histórica, parece questionador o posicionamento de Küng: “Tudo depende de que [...] se consiga convencer o povo. Este, segundo algumas pesquisas de opinião, está mais disposto a alcançar um compromisso, do que seus obstinados líderes. Tal compromisso não se conseguirá com manobras táticas”; “A visão de paz para Israel e Palestina resulta bastante mais convincente quando se contempla no contexto da transcendental mudança de paradigma da ordem nacional-imperialista própria da Modernidade à ordem mundial cooperativa própria da Trans-Modernidade” (p. 538).

Cabe aqui, ainda dentro do capítulo D, uma breve menção da interessante parte IV, versando sobre as discussões e a possibilidade de concordância das três grandes religiões em torno da figura de Jesus Cristo, desde o prisma de enfoques possíveis, mas evidenciando os de Enviado de Deus e Filho de Deus. Escreve Küng: “Se a filiação divina de Jesus voltasse a ser entendida hoje segundo este sentido originário [uma filiação de investidura e jurisdição, recebida em função de sua missão e morte], provavelmente tampouco seria objeto de demasiadas objeções sérias por parte do monoteísmo islâmico” (p. 551). O autor propõe, como lente para acessar a pessoa de Jesus no “triálogo”, a noção judeu-cristã de Jesus, compatível tanto com o Novo Testamento como com o ponto de vista islâmico, que vê em Jesus um tipo excelente de mestre e místico, ao lado de outros nomes bíblicos importantes, mas abaixo de Maomé, “selo dos profetas” (cf. p. 559). Sob uma nova luz, o escritor avalia que o diálogo cristológico entre Novo Testamento (em ótica judaico-cristã)



e Corão “se revelará sumamente fecundo” (p. 561). Tanto para esse tema (Cristologia) como para o do posicionamento entre monoteísmo e Trindade, são esclarecedoras as tabelas das páginas 572 e 573.

Encaminhando-se para o final de sua obra, Hans Küng abre o leque de suas expectativas para a caminhada das religiões como um todo e a participação fundamental do islamismo nesse processo, sempre com vistas ao “triálogo”. O autor vê como necessário o redimensionamento de diversos âmbitos importantes das sociedades islâmicas: a política, a economia e até o modo de vestir. Todavia, no sentido de aprofundar a reflexão, indo até a base dos confrontos e buscando a facilitação de mudanças significativas no âmbito das pessoas, o escritor diz ser fundamental a discussão em torno às raízes morais e aos valores de tal renovação, que trarão consigo, quase que naturalmente, a revitalização dos diversos campos sociais e das práticas exteriores (cf. p. 599). Nesse processo, a fé religiosa, como marca arraigada na constituição antropológica humana, tem muito a colaborar – para o autor, o Islamismo tem, nesse sentido, uma forte função de recordar ao Ocidente essa força presente e indelével no ser humano.

Ao Islamismo será necessário o devido balanceamento entre a maneira de encarar a secularização e o secularismo, a ocidentalização e o desenvolvimento; será necessário, tendo firmeza na essência da fé, entrar em diálogo com o paradigma transmoderno-pluricêntrico atual. O autor inova ao propor uma relação entre democracia e Islam – o que, como ele mesmo argumenta, é impossível para muitos outros estudiosos da área. Além da crítica em relação ao Estado – não raro autócrata –, Küng faz menção à configuração do Direito, ao papel da mulher, à economia, ao papel da tradição (*sunna*).

Num apanhado geral, recolhendo como que o sumo da extensa obra, Küng centra-se, no epílogo e na conclusão, naquilo que se mostrou fundamental durante todo o volume: para o Islamismo, no atual paradigma, em função do tão importante diálogo para a busca da paz e da não-violência, urge redimensionar as imbricações entre religião e política – não extinguindo-as, porque presentes de modo relacionado desde o início do Islam, mas revendo-as criticamente, para um desenvolvimento que não significará secularização (cf. p. 717).

O autor posiciona-se a favor de uma universalização de valores-chave para o equilíbrio e a aceitação entre culturas distintas: o respeito à vida, a solidariedade, a veracidade, a tolerância, a igualdade e a co-



laboração entre os gêneros, um princípio de humanidade fundado na fraternidade (cf. pp. 728-729). Apela, por fim, ao próprio Corão, em sua “regra de ouro”: “Nenhum de vós é crente enquanto não desejar a seu irmão o mesmo que deseja a si mesmo” (ibid.). À guisa de conclusão, após o trabalho de um quarto de século, o autor acrescenta ao programa que traçou todo o percurso da pesquisa: “[...] Nosso planeta não poderá sobreviver sem uma ética global, sem uma ética mundial, assumida conjuntamente por crentes e não-crentes” (p. 732). As grandes religiões são, assim, convocadas à cooperação, a partir de seu potencial de futuro fundado na sua riqueza espiritual e ética, para um mundo mais pacífico e justo (cf. ibid.).

E-mail do Recensor:
paulostippe@gmail.com



BUGNINI, Annibale, *“Liturgiae cultor et amator, servi La Chiesa”*. Memorie autobiografiche. Roma, Centro Liturgico Vincenziano, 2012, 231 pp., 15 x 22 cm

Ney Brasil Pereira*

Traduzo o título: *“Estudioso e amante da Liturgia, serviu a Igreja”*. São palavras que o próprio Bugnini, o grande artífice da reforma litúrgica do Vaticano II, propôs como síntese de sua vida, para seu epitáfio. Nascido em Todi, na Itália, em 1912, entrou para a congregação dos Lazaristas, na qual foi ordenado presbítero em 1936. Sua primeira e decisiva atividade no campo da liturgia foi, por quase 20 anos, a direção da revista *Ephemerides Liturgicae* (1945-1963), seguindo-se logo sua nomeação como Secretário da Comissão de Pio XII para a reforma da Liturgia (1948). Sob João XXIII, foi nomeado Secretário da Comissão Preparatória para o Concílio, do qual foi também nomeado perito para a Liturgia. Em 1964, sob Paulo VI, foi nomeado Secretário do *“Consilium”* para a atuação da *Sacrosanctum Concilium* e, ainda, Secretário da Congregação para o Culto Divino, em 1969. Ordenado arcebispo ainda por Paulo VI em 1972, foi repentinamente destituído em 1975 e nomeado Núncio Apostólico no Iran (!), de 1976 a 1982, ano em que faleceu em Roma, aos 70 anos de idade.

Estas suas “memórias autobiográficas” vieram à luz 30 anos após sua morte, ano passado, marcando o centenário do seu nascimento. Elas fazem parte dos escritos por ele redigidos nos últimos sete anos de vida, isto é, depois da sua destituição em 1975. Entre esses escritos encontra-se a imponente obra *“La Riforma Liturgica (1948-1975)”*, de 1000 páginas, publicada um ano após seu falecimento, e reeditada em 1997, creio que (ainda) não traduzida em português. Ainda em vida, publicou *“La Chiesa in Iran”*, 1981, 471 pp., e *“San Vincenzo de Paul. Pensieri”*, 1981, 218 pp., preparado para o quarto centenário do nascimento do Santo.

O **prefácio** destas memórias se deve ao lazarista Pe. Nicola Albanesi, visitador provincial da congregação em Roma, que assim o intitula: *“Padre Annibale Bugnini: um padre da Missão”*. E justifica esse

* O recensor é Mestre em Ciências Bíblicas, professor na FACASC, Florianópolis e, como músico, regente do Coral da Catedral e membro da Equipe de reflexão de Música Litúrgica da CNBB.



título: “Se se quiser compreender mais a fundo a ação do Pe. Bugnini, não se pode prescindir da sua pertença à Congregação da Missão. Tudo o que fez na Igreja e pela Igreja, ele o fez como ‘padre da Missão’”. [...] “Padre Bugnini pertence àquela geração, nascida antes da segunda guerra mundial, formada num catolicismo radicado no universo rural que representava mais de 80% da população italiana, que fez do duro trabalho o seu modo de interpretar-se. Era o tempo em que se era católico de nascença e se entrava no Seminário muito cedo. Crescia-se na disciplina e com acentuado espírito de sacrifício e sentido do dever. Além disso, nas ‘Escolas Apostólicas’ vicentinas (os Seminários Menores da Congregação), herdava-se a paixão pela Missão. São Vicente de Paulo recomendava aos seus missionários que o essencial era encontrar-se em ‘estado de missão’. Era isso que permitia ao Padre Bugnini transformar todas as atividades, das mais humildes e insignificante às mais nobres, em missão!” (p. 6)

Por isso, “trabalhar pela reforma litúrgica e defender suas conquistas foi o seu ‘estar em missão’ nos anos da sua maturidade. Ele o fez com aquele ardor e aquela incansável dedicação típicas do missionário. Assim, o entusiasmo contagioso, o são otimismo, a fidelidade ao trabalho cotidiano ‘nos bastidores’, a coragem frente às dificuldades, a fortaleza nas provações, a obstinação de quem caminha sem hesitação rumo à meta. Ele começou, dedicando-se ao trabalho pastoral nas cercanias de Roma como autêntico missionário. Trabalhou na Cúria romana como missionário. Interpretou o serviço diplomático no Iran como missionário” (pp. 6-7). [...]

“Seu nome foi associado a sabe lá quais sociedades secretas e conjurações palacianas. Foi feito passar, às vezes, como um despreparado (!), outras vezes como um audacíssimo manipulador que teria inclusive forçado a mão do papa Paulo VI”, acusações que infelizmente resultaram na sua destituição, em 1975. Ele, porém, repetidamente reafirmou a honestidade do seu trabalho, do seu serviço à Igreja. Assim, na carta de despedida aos seus colaboradores, em janeiro de 1976: “Num grande momento da história, procuramos servir a Igreja, não servir-nos dela”. Noutra carta, de setembro de 1979: “Eu servi a Igreja, amei a Igreja, sofri pela Igreja...” Quanto às “memórias”, o prefaciador observa que elas por pouco escaparam de serem queimadas com outros papéis, porque o autor as havia entregue em confiança a seu secretário, no ponto em que estavam, incompletas, em julho de 1977 (cf. p. 8).



A **apresentação** é do mencionado secretário, Pe. Gottardo Pasqualetti, que completa, com mais detalhes, as informações do prefaciador. Primeiro, Pasqualetti detém-se na já citada grande obra de Bugnini, “*La riforma litúrgica*”, fartamente documentada (pp. 12-16). Um episódio: “Na audiência depois da saída do Cardeal Lercaro como Presidente do *Consilium*, comentando as publicações maldosas contra Bugnini, assim disse-lhe Paulo VI: ‘Agora, resta somente o senhor. Recomendo-lhe muita paciência, muita prudência, e lhe confirmo toda a minha confiança’. E Bugnini: ‘Santo Padre, a reforma irá adiante, enquanto continuar a confiança de Vossa Santidade. Apenas ela cesse, a reforma se deterá’. E foi o que aconteceu!” (p. 16).

Quanto às próprias “Memórias”, elas têm o objetivo de dar a conhecer os componentes basilares da vida de Bugnini: o ambiente familiar e sócio-religioso de suas origens, sua formação, a espiritualidade vicentina, os estudos e atividades desenvolvidas, iluminando a sua obra para a Liturgia. De tudo isso emerge a sua personalidade e as características humanas e espirituais que o distinguem e que estão em flagrante contraste com as suspeitas e calúnias de que foi alvo. Ele desejou que estas “Memórias” fossem publicadas como seu testamento (p. 18).

Explica Pasqualetti: “Mons. Bugnini deixou o manuscrito ainda sem ordem na sucessão dos assuntos. O que vai publicado, porém, respeita fielmente o que ele escreveu. Apenas pareceu oportuno dispor a apresentação dos eventos da sua vida em quatro partes, que formam os quatro capítulos: I. O percurso da vida desde o nascimento até as responsabilidades que lhe foram confiadas na Congregação e para o ensino, a pastoral, a promoção da liturgia, até a preparação do Concílio. II. Os tristes reverses enfrentados na preparação do esquema sobre a Liturgia e na atuação da reforma litúrgica, sem deter-se no seu detalhado percurso, já exposto na obra *La riforma litúrgica*. III. O serviço diplomático no Iran, para o qual ‘não tinha vocação’, que lhe foi imposto e que ele aceitou por obediência. IV. As raízes e situação da Igreja no Iran, conhecidas e aprofundadas com estudos, encontros e visitas”. Além da Apresentação, também a Conclusão é de Pasqualetti, o qual porém assegura que tudo é fundamentado nos escritos e cartas do próprio Bugnini.

As últimas quatro páginas da Apresentação têm por subtítulo: “O segredo do sucesso” (pp. 20-23). Pasqualetti começa ressaltando “a tenacidade, a habilidade organizativa de Bugnini, a capacidade de mediar entre instâncias e mentalidades diferentes [...] Ele sublinhava



sempre que a renovação da liturgia devia ser feita em conexão com as Igrejas locais, com abertura aos seus problemas e às suas legítimas exigências. Por isso mesmo sofreu a adversidade de ambientes da Cúria romana. Mas não se cansou de sustentar e propor este novo estilo de governo baseado no estudo, no confronto com as realidades para saber discernir, avaliar, acolher ou também recusar, mas sem preconceitos. A isso associou a cordialidade e a acolhida fraterna e sincera, testemunhada por muitos (no rodapé, lemos os nomes de alguns desses “muitos”: S.Marsili, B.Fischer, P. Jounel, R.Kaczynski)” (p. 20). Por ocasião da sua ordenação episcopal, em 1972, escreveu: “Minha natural mansidão de ânimo, gostaria que se tornasse programa espiritual pastoral do meu serviço eclesial no episcopado” (p. 23).

O capítulo I, intitulado “**Nascimento – Estudos – Atividades**” (pp. 25-66), além das recordações de infância, nos informa o nascimento da sua vocação para a Liturgia. Durante o noviciado, em Roma, 1928-29, nos seus verdes 16-17 anos, foi encarregado de ajudar na expedição da revista *Ephemerides Liturgicae*, fundada em 1887. Por esse tempo conheceu o *Liber Sacramentorum* do beneditino Ildelfonso Schuster, depois Cardeal. À medida que saíam os volumes da obra, Bugnini os “devorava” e anotava “com a ânsia do neófito”, escreve ele. E acrescenta: “Schuster foi o meu primeiro mestre de Liturgia” (p. 36). Pouco depois, pôde aprofundar-se no estudo das obras de São Vicente, então republicadas em edição crítica. No final da Teologia, em 1939, defendeu uma tese sobre *a Liturgia no Concílio de Trento*, fruto de três anos de contacto com as Atas daquele Concílio. Confessa que não imaginava quanto esse trabalho o ajudaria vinte anos depois, quando foi nomeado Secretário da Comissão litúrgica preparatória do Vaticano II.

Em 1945, terminada a guerra, assumiu a direção de *Ephemerides Liturgicae*, então com apenas 96 assinantes. As reformas, que começavam a delinear-se com o lançamento da encíclica *Mediator Dei* em 1947, e os novos estudos publicados na revista, multiplicaram o número de assinantes. Nessa revista, publicou vários dos seus trabalhos: “A liturgia dos Sacramentos no concílio de Trento” (parte de sua tese de láurea), 1945; “Para uma reforma do Martirologio romano”, 1947; “A versão piana do Saltério”, 1948; “Para uma reforma litúrgica geral”, 1949, trabalho traduzido integralmente em *Bibel und Liturgie*, de Kosterneuburg, e fruto de um questionário respondido por 40 especialistas de todo o mundo; “A solene Vigília Pascal restaurada”, 1951; “A comunhão dos fiéis na sexta-feira santa”, 1954. Além da coleção já existente “*Biblioteca Ephemerides*



Liturgicae”, deu início em 1945 a outra coleção de divulgação científica, a “*Ardens et Lucens*”. Ao mesmo tempo, no nível de divulgação popular, criou fascículos que pouco a pouco introduziram a forma das “**Missas dialogadas**”. Ele conta: “Enquanto o celebrante ia adiante com seu texto latino, um leitor, geralmente um dos jovens catequistas que vinham ajudar-me no domingo, fazia a assembleia participar com paráfrases do texto em italiano. Percebi que a fórmula era um achado, pois o povo acompanhava com prazer a Missa. A assembleia ‘inerte e muda’ se tinha transformado em assembleia viva e orante. Por que não estender a outros a boa experiência?” (p. 51). Em 1950, para o Ano Santo, tentou oficializar a experiência. Negada a oficialização, obteve pelo menos o “*nihil obstat*” e imprimiu por própria conta 10.000 exemplares do livrinho “A nossa Missa”, que em doze anos chegou a 1.500.000 exemplares, foi traduzido e teve adaptações em várias línguas.

Como lazarista, aceitou em 1947 a direção dos “*Annali della Missioni*”, durante dez anos. Criou, em 1952, o “*Bolettino Vincenziano*”, mensal, depois rebatizado como “*Vincentiana*”. Redigiu 39 verbetes de caráter vicentino para a “*Enciclopedia Cattolica*” e também todos os verbetes vicentinos do “*Dizionario Enciclopedico*” da UTET.

No campo do ensino, em 1949 assumiu a cátedra de Liturgia na faculdade do “Propaganda Fide” e, em 1955, no Pontifício Instituto de Música Sacra”. Elaborou as apostilas de suas aulas no “Propaganda”, mas não as publicou quando viu chegar a obra de Martimort, “*L’Église en Prière*”. No “Música Sacra”, escreveu as aulas que abordavam o tema “Música sacra e Liturgia”. Sobre essa atividade, escreve: “Ambiente querido, que começou a perturbar-se quando a reforma litúrgica mostrou uma face nova, à qual os musicistas tradicionais custavam a se adaptar. Pouco a pouco essa rejeição da reforma se acentuou. O ambiente ficou pesado, criticava-se o meu ensinamento. Assim, demiti-me em 1965, embora conservando vínculos de sincera amizade com o corpo dos professores e a instituição” (p. 57). Em “*La riforma liturgica*”, escreveu: A música sacra “foi a cruz da Comissão preparatória, desde o primeiro momento do nosso trabalho e, agora, como coroa, a *minha* cruz”, por causa das calúnias divulgadas pelo Presidente do Instituto de MS (cf. nota 6, p. 57).

Em 1957, assumiu a cátedra de Liturgia no recém-criado Instituto Pastoral da Universidade Lateranense. Eram 20 aulas de Liturgia Pastoral, depois pouco a pouco reduzidas, por divergências internas, até



sua exoneração em 1962, “por ordem da Santa Sé”, ordem, porém, sem conhecimento de João XXIII (p. 59). Em 1956, após o 1º Congresso Internacional de Pastoral Litúrgica em Assis, Bugnini sugeriu e organizou as “semanas anuais de estudo” para professores de Liturgia, depois incorporadas ao “*Centro di Azione Liturgica*”, nascido em Parma, 1948. Em 1958, foi eleito vice-Presidente da “*Associazione Italiana di Santa Cecilia*”, com a qual fundou a Escola de Música Sacra para religiosas, ao perceber que elas, “mais que o jovem clero”, se interessavam pela Música litúrgica (p. 62).

Quanto ao seu ministério como padre, assim escreve: “Os empenhos de estudo, ensino e escritório, reduziram necessariamente os do ministério sacerdotal. Reduziram, não eliminaram. Estive sempre convencido de que, se um padre abandonasse totalmente o seu ministério, seria um padre falido” (p. 62). A propósito, recorda “o período mais fecundo” dessa atividade, o decênio 1943-53, em diversos subúrbios de Roma: Borgata Prenestina, Borgata di Tor Tre Teste, inclusive construindo igrejas e outras estruturas paroquiais (cf. pp. 62-66).

O capítulo II é intitulado “**Vida difícil**”, que, como informa Pasqualetti, era o título de uma pasta no centro de sua escrivaninha durante todo o tempo do seu serviço para a renovação da Liturgia. Ali recolhia contestações, oposições, obstáculos, insinuações, falsidades... Mas, como ele costumava dizer, “não faltaram anjos de Deus que vieram em ajuda. E assim, mesmo passando por quatro ‘tribunais’ qualificados (Comissão central, Subcomissão para as emendas, Concílio, Comissão conciliar), nada de substancial foi mudado no texto da Constituição, como havia saído da Comissão preparatória em 13 de janeiro de 1962” (p. 67). Mesmo depois da aprovação da *Sacrosanctum*, continuaram as reações de associações e movimentos em defesa do latim, do canto gregoriano e polifônico, das precedentes formas litúrgicas, mesmo com manifestações descabidas... e mais ainda a oposição de ambientes da Cúria, desde a Congregação dos Ritos, que não suportava a existência de um organismo colateral como o *Consilium*, até a Congregação para a Doutrina da Fé, as Congregações dos Seminários e dos Religiosos, e mesmo a Secretaria de Estado. [...] Pe. Bugnini, e também o Cardeal Lercaro, foram acusados, até veementemente, de serem os culpados dos males que afligiam a Igreja... Mas, o que mais magoou Bugnini, foram “as calúnias e insinuações venenosas sobre a sua honestidade e correção nas tarefas que lhe foram atribuídas, e a infame invenção da sua pertença à Maçonaria, publicamente avalizada e divulgada por Lefèbvre” (p. 69).



“**Primeiro exílio**” é o título da primeira parte do mencionado capítulo II. Bugnini comenta aí os acontecimentos desde a sua destituição de Secretário da Comissão litúrgica conciliar, em 6 de outubro de 1962 (poucos dias antes do início do próprio Concílio!), com a sua concomitante demissão da cátedra de Liturgia Pastoral no Lateranense, até a sua reintegração, em 3 de janeiro de 1964, já sob Paulo VI, como Secretário do *Consilium ad exsequendam Constitutionem de Sacra Liturgia*. Escreve Bugnini: “O exílio havia durado 14 meses e 26 dias. Assim, no dia 3 de janeiro de 1964 teve início a reforma litúrgica. A história da reforma (e a minha) está relatada amplamente no volume *La Riforma Liturgica*” (p. 78). Não posso, nesta recensão, deter-me sobre os interessantes detalhes desse “primeiro exílio”, exposto em dez páginas (pp. 69-78). A título de amostra: “Qual foi mesmo o motivo desse procedimento discriminatório e odioso para com o Secretário da Comissão preparatória do Concílio? De preciso nunca se soube e talvez nunca se saberá. “Santa Sé”, “Seminários”, “Ritos”, “Santo Ofício”, eram nomes que saltavam de boca em boca, de um corredor a outro, em voz baixa, insinuantes, sugerindo algum delito que se queira prudentemente esconder, para sacudir dos ombros uma responsabilidade que já estava pesando. Mas, na dança das insinuações, duas retornavam insistentemente: a acusação de que eu havia adulterado, com um grupo de amigos ‘progressistas’, o texto da Constituição, e que eu mesmo seria um perigoso progressista”... (p. 71)

No “**Segundo exílio**”, Bugnini relata os eventos desde a sua repentina destituição da Secretaria do *Consilium*, em 14 de julho de 1975, até a sua partida para o Iran, como Núncio Apostólico, no dia 3 de fevereiro de 1976. Especialmente no início desse período, angustiava-o pensar que o Papa, Paulo VI, que por onze anos o tratara com ternura de pai, constantemente comentando com ele sobre os mínimos detalhes da reforma, agora não lhe dissesse uma palavra... Entretanto, a imprensa e a opinião pública deitaram e rolaram a seu respeito, inventando mil conjecturas sobre seu paradeiro. É que Bugnini resolvera isolar-se, mas sem perder tempo, “mesmo se psicologicamente provado e fisicamente abatido” (p. 81). Decidiu então escrever a **história da Reforma litúrgica**, recolhendo para isso todos os documentos disponíveis. “Não teria pensado poder levar a termo, em seis meses, naquelas condições ‘desastrosas’, um trabalho tão ingente. Datilografei mais de mil páginas. O Senhor me ajudou: a memória, como por encanto, recuperava nomes, datas, episódios, ideias, fatos, enredos. Nos inícios de dezembro (1975), a maior parte do trabalho tinha terminado. [...] Em 5 de janeiro de 1976, foi publicada a minha



nomeação a Nuncio Apostólico no Iran. Pareceu-me de obrigação, antes de deixar totalmente a cena romana, despedir-me de modo fraterno dos colaboradores no campo da reforma litúrgica, mandando-lhes uma carta de despedida” (p. 82). Segue o texto da carta (pp. 82-83).

Sobre o “**Caso Lefèbvre**”, Bugnini o expõe em onze páginas (pp. 84-94). Quanto à “missa de São Pio V, embora o impetuoso Prelado (Lefèbvre) tachasse de herética a Missa renovada e herético o Papa que a havia promulgado, pareceu-me desde o início que talvez se pudesse encontrar um ponto de entendimento e pacificação. E me parecia vê-lo na *Notificação* de 14 de junho de 1971, que permite aos padres idosos ou doentes a permissão de continuar a celebrar a Missa segundo o velho rito. Se isso é permitido aos padres, eu dizia, por que não deve ser concedido também a grupos de fiéis que têm a mesma dificuldade psicológica com a liturgia renovada?” (p. 85) Já no Iran, em 21 de setembro de 1976, escreveu ao Secretário de Estado, Villot, uma carta com o seguinte parágrafo: “No fundo, as diferenças entre as duas celebrações não são substanciais. Estou convencido de que é questão de tempo e, se se consegue não dar importância à coisa, dentro de alguns anos as novas gerações farão justiça por si. Perigo de desordem não pode haver, se se aceitam as seguintes condições” (p. 89). Bugnini propõe quatro...

Em 7 de novembro de 1979, em longa carta ao Cardeal Oddi, ele se permitiu esta confidência: “Eminência, depois de ter vivido plenamente um ano de revolução islâmica no modo bárbaro que o mundo conhece, e refletindo o meu caso, não posso furtar-me a uma óbvia comparação: não fui tratado melhor do que faz Khomeini com os ex-ministros do Xá, os quais, antes ainda que se inicie o processo, são condenados à morte sem remissão. Com uma nuance de diferença: Khomeini dá a eles a possibilidade de uma aparência de processo, enquanto a mim ela não foi dada. Khomeini fuzila os seus condenados, enquanto a minha é uma perfeita morte moral” (pp. 92-93). Da mesma carta, cito um parágrafo sobre a reforma litúrgica: “Quando ainda me era concedido aproximar-me do Papa (Paulo VI), eu lhe dizia que, para concluir a reforma, eram necessários mais dois anos (havam transcorrido oito), mas que depois seriam precisos outros dez para reforçá-la, aprofundá-la, segui-la nas fases de desenvolvimento e nas várias culturas...” (p. 93)

Quanto à gratuita acusação de pertença à **Maçonaria**, Bugnini a comenta e documenta com detalhes, nas pp. 94-109. Sobre ela, escreve: “Foi a acusação que mais me amargurou a vida, e tornou incandescentes



de vergonha e dor os meses de verão e outono de 1975, no meu forçado ‘eremitério’ em São Silvestre no Quirinal” (p. 95) Sirva de exemplo o que lhe veio dizer, num daqueles dias, de viva voz, o Cardeal Oddi: “que havia visto a minha assinatura no documento de afiliação à Maçonaria” e que “a Maçonaria me passava meio milhão de liras por mês” e que “com a reforma litúrgica eu teria tido o objetivo de subverter a Igreja por dentro”... (p. 95) Já no Iran, em 19 de julho de 1976, escreveu diretamente a Paulo VI, negando as acusações e terminando: “Não há no mundo nada que me esteja mais a peito do que a cruz peitoral. Pois bem, se os caluniadores forem capazes, *honestamente e objetivamente* (grifo de B.), de demonstrar um só pingão de verdade no que estão desonestamente afirmando, estou pronto a restituir essa cruz. Isto lhe diz, Santo Padre, quanto a coisa me faça sofrer, lacerando minha alma em uma das fibras mais profundas e mais caras: a minha fidelidade ao sacerdócio, a Cristo, à Igreja, ao Papa” (p. 102).

Os **capítulos III e IV** tratam do seu ministério de Núncio no Iran (pp. 111-164) e da presença cristã nesse país “ontem e hoje” (pp. 165-187). Leitura muito interessante, pelas informações que dá sobre o próprio Bugnini, contribuindo para completar o conhecimento do personagem, e também sobre esse país, de presença cristã tão exígua. Mas esta recensão já vai extrapolando os limites. A **Conclusão** (pp. 189-194), devida ao apresentador, Pasqualetti, informa: “B. não pôde dar uma conclusão às suas ‘Memórias’. Mas a sucessão dos eventos da sua existência mostra que ela foi sempre percorrida e guiada pela *fé* e pelo *serviço*. [...] A fé inspirou-lhe os passos na realização da grande obra da renovação da Liturgia (p. 189). [...] E o serviço, é a palavra que com maior frequência retorna nos seus escritos” (p. 191). E é o que exprimem as palavras de seu epitáfio: “*Estudioso e amante da Liturgia, serviu à Igreja*” (p. 193).

Completam o livro 13 páginas da sua **bibliografia**, na sequência cronológica das publicações, e 20 páginas de **documentação fotográfica**. É um livro que merece traduzido. Será lido com grande proveito, e contribuirá para se entender o ambiente conflitivo no qual gestou-se a reforma litúrgica, da qual todos somos beneficiários.

Endereço do Recensor:

Caixa postal 5041 – ITESC
88040-970 Florianópolis, SC
E-mail: ney.brasil@itesc.org.br